

INVISIBILIDADE

Capital baiana tem o 5º maior contingente do País, e IBGE realizará Censo para dimensionar a situação

Violência afeta população em situação de rua

MADSON SOUZA

A população em situação de rua é alvo de violência constante. A Bahia conta com o 5º maior contingente populacional deste grupo e 909 episódios de violência em 2024, de acordo com os dados mais atualizados do Observatório Nacional de Direitos Humanos (Observa HD) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Fora dessa estatística, novos casos demonstram como esse grupo é alvo de violência. Eliandro Moura, de 33 anos, pessoa em situação, foi morto a facadas, no último dia 30, no bairro da Piedade. Faz pouco mais de um ano que tentaram atear fogo em José, também em condição de rua.

“A pessoa vê você ali na rua e pensa que pode fazer o que quiser porque não vai acontecer nada”, conta José, que ficou em situação de rua por mais de 10 anos. Ele relata que os episódios são rotineiros e vêm de todos os lados: das autoridades, da população e das pessoas em situação semelhante. A sensação de impunidade que decorre dos casos de violência é fruto da invisibilidade que envolve esse grupo social. Atualmente não há um censo nacional específico à população em situação de rua, por exemplo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vai realizar entre 31 de

agosto e 4 de setembro deste ano a prova piloto do 1º Censo Nacional da População em Situação de Rua. Salvador vai ser uma das cinco capitais do país que estarão neste primeiro momento da iniciativa. O projeto foi apresentado ontem na capital baiana e a expectativa é que o levantamento contribua para ampliar a visibilidade desse grupo e fornecer dados mais precisos para a formulação de políticas públicas.

Hoje, o Observatório Nacional de Direitos Humanos (Observa HD) contabiliza os dados referentes a essa população por meio do Cadastro Único para Programas Sociais. Em dezembro de 2024, foram registradas 327.925 pessoas nessas condições no país, o que representa um crescimento de 552% entre 2015 e 2024. O Sinan registrou neste período 52.906 casos de violência contra essas pessoas.

No estado, essa população é de 15.355 pessoas, conforme dados do Cadastro Único de 2024. No mesmo ano, o Sinan registrou 909 notificações de violência contra esse grupo, o segundo maior número do país. Para José, as agressões têm diferentes origens, desde conflitos entre pessoas em situação de rua até abordagens violentas por parte do poder público. “Às vezes você está dormindo na frente de uma loja e o dono não quer que você fique ali, então chama a po-



Raphael Muller / Ag. A TARDE

Programa Aurora, na Igreja da Trindade, atende a pessoas em situação de rua

Muitos moram na rua devido a problemas familiares e desemprego

lícia, que nem conversa”, comenta.

A representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MN-PR) da Bahia, Rosimeire Brito, destaca que as violências contra essa população vêm de todas as frentes e preci-

sam ser combatidas. “Se a pessoa estiver dormindo não jogue água, acorde com dignidade; se for retirar as coisas dela de algum lugar, permita que ela retire os documentos, porque isso tudo já é uma violência”, comenta.

SAÚDE

Vacinação contra dengue segue com a Qdenga

JACKSON SOUZA

Após o Ministério da Saúde (MS) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) decidirem pela suspensão temporária da aplicação da vacina produzida pelo Instituto Butantan contra a dengue, por conta de 42 casos de pessoas com sinais de alerta e três casos graves, ainda sem confirmação de causalidade, especialistas defendem a eficácia do imunizante.

E reforçam a importância da imunização com a Qdenga, outro imunizante disponível na rede pública.

Na Bahia, das 72 mil doses recebidas pelo estado, a Butantan-DV foi aplicada em cerca de 21 mil profissionais da Atenção Primária à Saúde, desde março deste ano e até então sem registros de alerta. A orientação do MS e da Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) é que os municípios armazenem as va-

cinas Butantan-DV até segunda ordem.

A vacinação contra a dengue estava sendo feita com dois imunizantes, a Butantan-DV, que está sob suspensão provisória; e a Qdenga, do laboratório japonês Takeda, que vem sendo aplicada no Sistema Único de Saúde (SUS) sem alteração, para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos.

Orientações

“É bom a gente lembrar que é uma vacina nova e o Ministério da Saúde, por precaução, descontinuou temporariamente a utilização da vacina do Butantan, para investigação de eventos raros, eventos inesperados, incompatíveis com aqueles achados durante o ensaio clínico. (...) Essa medida para descontinuar temporariamente o uso da vacina do Instituto Butantan não invalida, em hipótese alguma, a eficácia da vacina e nem



Olga Leiria / Ag. A TARDE / 20.02.2024

também altera as evidências de proteção que já foram observadas até o momento”, enfatiza a coordenadora do Programa Estadual de Imunização, Vânia Rebouças.

Vânia orienta ainda que as pessoas que tomaram a dose única da Butantan-DV devem observar por 21 dias a partir da aplicação. Caso apresentem sintomas como febre, dor abdominal intensa, vômitos persistentes, sangramento, tontura, sonolência, sinais de desidra-

tação ou ainda piora do estado geral, devem procurar uma unidade de saúde.

Na Bahia foram aplicadas 21.467 doses, dessas 2.177 em Salvador, que registrou 268 casos de dengue entre janeiro e maio deste ano. Por meio de nota, a prefeitura da capital baiana se posicionou afirmando que suspendeu imediatamente a aplicação da Butantan-DV e que segue rigorosamente as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Os 42 casos registrados como alerta, por algum efeito adverso, representam apenas 0,008% das 501 mil doses aplicadas em todo o país.

Eficácia e precaução

Em um contexto de queda considerável nos números de casos de dengue no país, a estratégia de imunização adotada no Brasil demonstra eficácia dos imunizantes, defende a professora e pesquisadora do Instituto de

Decisão do MS é precaução e não afeta vacinação com a Qdenga

Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC-Ufba), Maria da Glória Teixeira. Para ela, a decisão de suspensão temporária foi acertada e reafirma o papel e a qualidade dos órgãos de saúde do país no que diz respeito à saúde da população.

“Quem trabalha com saúde tem que sempre trabalhar com o princípio da precaução para proteger as vidas, para proteger a saúde da população e das pessoas individualmente. Qualquer droga, qualquer medicamento, qualquer vacina, pode dar efeito colateral e, às vezes inesperado, mesmo quando passa, como a do Butantan passou, por todas as fases corretas, (...) mas droga é droga”, afirma.

Em toda a Bahia, até 6 de junho, foram registrados 14.812 casos prováveis de dengue, menos da metade dos 32.715 registrados no mesmo período de 2025.

MEIO AMBIENTE

Ação combate a posse ilegal de animais silvestres na capital

DUDA SANTA RITA*

Sujeita a multas de até R\$ 5 mil por animal e detenção de seis meses a um ano, a posse irregular de animais silvestres ainda é comum, apesar de ser crime ambiental previsto na Lei nº 9.605 de 1998. Numa campanha de entrega voluntária realizada pela Guarda Civil Municipal de Salvador (GCM), foram entregues 50 animais, evidenciando a necessidade de conscientização da prática.

“Desses animais, tivemos apenas duas espécies. A maior quantidade foi de jabutis, 49, e tivemos também um papagaio-do-mangue, que é uma espécie que está na lista de animais em extinção”, disse o coordenador do Grupo Especial de Proteção Ambiental (GEPA) da GCM, Robson Pires.

A ação parceira do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e o Grupo de Estudos de Animais Selvagens da Univer-

sidade Federal da Bahia (GEAS/UFBA), foi no 31 de maio a 3 de junho, a Semana do Meio Ambiente.

A professora Ianei Carneiro, da Escola de Medicina Veterinária da Ufba, coordenadora do GEAS, pontua que a criação irregular de animais silvestres pode trazer prejuízos tanto para as espécies quanto para a saúde humana. “Répteis são reservatórios de Salmonella, que causa doença entérica”.

Ela destaca ainda que hu-



Divulgação

Entrega voluntária não gera multa e pode ser feita sempre

áreas de solturas.

A entrega voluntária não gera penalidades e pode ser realizada a qualquer momento. Ao encontrar um animal silvestre ferido, em situação de risco ou mantido em cativeiro, é possível entrar em contato com a Guarda Civil Municipal pelos telefones (71) 3202-5323 e (71) 3202-5343 ou procurar diretamente o Cetas.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA ISABEL VILLELA